



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Boa Governação - Transparência - Integridade

Crise de combustíveis: o silêncio preocupante da Autoridade Reguladora de Energia

1. Contexto

Moçambique enfrenta, no momento presente, uma disrupção evidente no abastecimento de combustíveis (gasolina e gasóleo/diesel), caracterizada por:

- Disponibilidade irregular nos postos de venda;
- Racionamento de quantidades por consumidor;
- Encerramento temporário de algumas bombas;
- Filas extensas e comportamentos de açambarcamento.

Apesar da gravidade da situação, a Autoridade Reguladora de Energia (ARENE) entidade com mandato legal para regular o sector mantém-se silenciosa, não prestando informação pública estruturada sobre:

- Existência ou não de escassez efectiva de combustível;
- Estado real da cadeia logística (importação, armazenamento e distribuição);
- Constrangimentos operacionais no abastecimento aos retalhistas.

Este silêncio ocorre num contexto em que outras entidades nomeadamente o Governo, o Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) e a Importadora Moçambicana de Petróleos (IMOPETRO) já emitiram comunicações públicas, ainda que sem detalhe suficiente.

2. Enquadramento Legal e Institucional

A ARENE tem mandato explícito para:

- Regular os subsectores de energia, incluindo a distribuição e comercialização de combustíveis;
- Proteger os direitos e interesses dos consumidores finais;
- Garantir transparência, qualidade de serviço e acesso à informação.

A ausência de comunicação e intervenção visível sugere um incumprimento funcional em três dimensões críticas:

- 1. Regulação de mercado** ausência de acção correctiva face a disrupções;
- 2. Protecção do consumidor** falha em informar e orientar os utilizadores finais;
- 3. Supervisão de práticas comerciais** inexistência de posicionamento sobre racionamento e discriminação no acesso ao combustível.

3. Evidência Observável (Factos no Terreno)

Os sinais empíricos actualmente observáveis indicam uma falha de coordenação sistémica:

- Comercialização selectiva e não uniforme entre consumidores;
- Racionamento arbitrário sem critérios públicos;
- Indícios de discriminação com base em relações comerciais (clientes “habituais”);
- Aumento de comportamentos especulativos e de pânico;
- Redução da previsibilidade no acesso a um bem essencial.

Estes elementos configuram uma falha de mercado agravada por ausência de regulação efectiva.

4. Implicações

4.1 Económicas

- Perturbação das cadeias logísticas e de transporte;
- Impacto directo nos custos operacionais das empresas;
- Risco de desaceleração da actividade económica.

4.2 Sociais

- Aumento da incerteza e perda de confiança nas instituições;
- Pressão sobre o custo de vida;
- Potencial agravamento de tensões sociais.

4.3 Institucionais

- Erosão da credibilidade do regulador;
- Percepção de captura ou inoperância institucional;
- Fragilização do Estado de Direito económico.

5. Posição

A situação actual revela uma falha crítica de governação regulatória. O silêncio da ARENE não é neutro: agrava a incerteza, amplifica comportamentos de risco e compromete o interesse público.

Num sector estratégico como o energético, a ausência de informação e de acção regulatória constitui, em si mesma, um factor de instabilidade.

6. Recomendações Imediatas (15–0 dias)

À ARENE:

Emitir comunicação pública formal, com carácter técnico, clarificando:

- Níveis reais de stock no país;
- Situação da cadeia de abastecimento;
- Existência (ou não) de escassez estrutural.

Publicar directivas vinculativas para os operadores:

- Proibição de práticas discriminatórias;
- Definição de critérios uniformes de racionamento (se aplicável);
- Obrigatoriedade de transparência nos postos de venda.

Activar mecanismos de fiscalização no terreno, com reporte público periódico.

7. Recomendações de Curto Prazo (90–15 dias)

Ao Governo e entidades sectoriais (incluindo MIREME e IMOPETRO):

- Estabelecer um **mecanismo integrado de comunicação de crise**, com actualizações regulares e coordenadas;
- Criar um **painel público de monitoria do abastecimento** (stocks, importações, distribuição);
- Reforçar a supervisão da cadeia logística e dos contratos de importação.

8. Recomendações Estruturais (médio prazo)

- Revisão dos mecanismos de accountability da ARENE, incluindo obrigações de reporte em situações de crise;
- Fortalecimento da independência técnica e operacional do regulador;
- Desenvolvimento de protocolos de gestão de crises no sector energético;
- Introdução de sistemas digitais de rastreabilidade da distribuição de combustíveis.

A actual crise de combustíveis não é apenas um problema de oferta ou logística. É, sobretudo, um teste à capacidade regulatória do Estado.

A ausência de intervenção pública da ARENE representa uma falha relevante na protecção do interesse público e na estabilização do mercado.

Sem transparência, não há previsibilidade. Sem previsibilidade, não há confiança. E sem confiança, o custo económico e social da crise amplifica-se.

Maputo, 17 de Abril de 2026



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Boa Governação - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro, Bairro da Sommerschild, nº 124

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917

Cel: (+258) 82 3016391

www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique